



**FUNDAÇÃO**  
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

# 2019

RELATÓRIO ANUAL DE



# Índice

## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

01	Introdução	5
02	Instalação e orgânica	6
03	Órgãos sociais	7
04	Estatutos	7
05	Carta de princípios	8
06	Legalização e utilidade pública	8
07	Conselho científico	9
08	Líderes de programa	9
09	Projectos permanentes	10
10	Programas	14
11	Outros projectos temporários	27
12	Estratégia de desenvolvimento de projectos	32
13	Estratégia de comunicação e difusão	34
14	Protocolos e convénios com outras instituições	36
15	Relatório financeiro	37
16	Colaboração com o fundador	38
	Anexo I – Órgãos sociais	40
	Anexo II – Carta de princípios	41

## RELATÓRIO DE CONTAS

	Balanço	44
	Demonstração das variações patrimoniais	46
	Demonstração dos fluxos de caixa	47
	Anexo ao balanço e à demonstração das variações patrimoniais	48
	Parecer do Conselho Fiscal	57
	Certificação das Contas	59





# Relatório de Actividades Ano de 2009

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



# 01



## Introdução

A criação desta Fundação, por decisão de Alexandre Soares dos Santos, da sociedade Francisco Manuel dos Santos e da família Santos, constituiu um gesto notado muito favoravelmente pela opinião pública. É, de facto, um acto raro no nosso país. Mais ainda, os propósitos e a vontade do fundador são únicos: estudar a realidade, ajudar a conhecer e debater e estimular a participação dos cidadãos, com os objectivos finais de contribuir para o desenvolvimento social, de melhorar as instituições públicas e de reforçar os direitos dos cidadãos e a liberdade.

O Conselho de Administração, com a ajuda dos Conselhos de Curadores, Fiscal e Científico, empenha-se em estar à altura das intenções do fundador.

O primeiro ano de actividade foi essencialmente ocupado com a instalação da Fundação, as actividades de legalização e reconhecimento, a criação de alguns procedimentos de trabalho e a preparação ou o lançamento dos primeiros projectos.

As características “sui generis” desta Fundação obrigaram-nos a considerar muito empiricamente aquelas tarefas.

A Fundação foi formalmente apresentada ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, ao Presidente do Tribunal de Contas, a vários ministros e a outras entidades, que receberam o Conselho de Administração com cordialidade e interesse.

# 02

## Instalação e orgânica

A sede da Fundação ficou instalada, provisoriamente, na Rua Tierno Galvan torre 3, 9.º J em Lisboa, tendo sido possível instalar próximo a estrutura de trabalhos encarregada da realização da Pordata, Base de Dados Portugal Contemporâneo.

A proximidade com os fundadores revelou-se benéfica, na medida em que foi possível, sempre que necessário, recorrer ao apoio de uma organização experiente e muito disponível. É provável que, no decurso de 2010 e no ano seguinte, haja mais um ligeiro alargamento das instalações de trabalho.

Tal como determinado desde o primeiro dia, a Fundação mantém-se firme na estratégia de reduzir ao mínimo possível os quadros de pessoal permanente. Actualmente, trabalham na Fundação de modo permanente: um Presidente do Conselho de Administração; dois Administradores não executivos; uma secretária do Presidente e do Conselho; uma Directora de Projectos e Assessora do Presidente e do Conselho; e, a partir de Abril de 2010, uma Directora de Comunicação. Todas as funções tradicionais (assessoria jurídica e apoio legal, contabilidade e gestão financeira e administrativa, etc.) são desempenhadas por entidades, empresas e pessoas em regimes de contratação ou prestação de serviços. A mesma estratégia aplica-se aos projectos de trabalho e estudo em curso.

# 03

## Órgãos sociais

De acordo com os estatutos, os órgãos sociais são os seguintes: Conselho de Curadores (Presidente Alexandre Soares dos Santos), Conselho de Administração, Conselho Fiscal (Presidente José Luís Nogueira de Brito) e Comissão de Vencimentos (Presidente Alexandre Soares dos Santos) Por decisão do Conselho de Administração, foi ainda criado um órgão não estatutário, Conselho Científico e Cultural. (Anexo I)

O Conselho de Curadores reúne regularmente uma vez por semestre e o Conselho Científico uma vez por trimestre. As reuniões têm sido pontualmente feitas. Existem gravações e transcrições de todas as reuniões e que podem ser consultadas por qualquer dos seus membros.

# 04

## Estatutos

Os estatutos da Fundação (disponível em [www.ffms.pt](http://www.ffms.pt)) já com a colaboração do futuro Presidente foram preparados pelos fundadores e devidamente reconhecidos pelo governo. Foi entendido que os estatutos deveriam incluir uma cláusula (Art.º 3.º) que limitasse ou excluísse certas actividades. Tal decisão revelou-se muito útil, na medida em que permite concentrar esforços e recursos nos objectivos essenciais e constitui uma dissuasão para pressões externas que dispersassem a atenção da Fundação.

# 05

## Carta de princípios

Nas duas primeiras reuniões do Conselho de Curadores foi discutida e aprovada uma “Carta de Princípios” que constitui um desenvolvimento dos princípios e objectivos formulados nos estatutos. Este documento, os estatutos e o contrato assinado com a Sociedade Francisco Manuel dos Santos formam a “carta constitucional” da Fundação. (Anexo II)

# 06

## Legalização e utilidade pública

O processo de legalização decorreu durante os primeiros meses do ano, culminando no dia 12 de Fevereiro com a assinatura da escritura pública. Pouco tempo depois, a 5 de Junho, por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, a Fundação foi legalmente reconhecida. O despacho n.º 13591/2009 foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 112, de 12 de Junho.

Alguns meses depois, em Novembro, foi decidido requerer a “utilidade pública” ao abrigo dos dispositivos legais adequados. A obtenção desse estatuto seria importante para o bom nome da Fundação e traria alguns benefícios fiscais. Em Março de 2010, ainda não foi recebida resposta do departamento governamental competente (Presidência do Conselho de Ministros e, em delegação, Ministro da Presidência).

# 07

## Conselho Científico

O Conselho de Administração decidiu criar um órgão (por enquanto não estatutário) de apoio e reflexão. Foi designado Conselho Científico e Cultural. A sua composição é a seguinte: Francisco Sarsfield Cabral, José Amaral, José Mendes Ribeiro, José Tavares, Maria de Fátima Bonifácio, Maria João Valente Rosa, Miguel Poiars Maduro, Nuno Crato, Pedro Magalhães, Nuno Garoupa e Paulo Rosado.

Este conselho tem realizado reuniões trimestrais. O seu contributo tem-se revelado inestimável. A programação, a elaboração de projectos e a sua discussão têm tido lugar privilegiado neste órgão que o Conselho de Administração considera indispensável. Além disso, quase todos os conselheiros têm colaborado individualmente com o Conselho de Administração no quadro das suas especialidades e disciplinas académicas.

# 08

## Líderes de programa

Alguns membros do Conselho Científico aceitaram desempenhar funções de “coordenador” ou de “líder de programa” em certas áreas especiais.

# 09

## Projectos permanentes

### PORTAL DA FUNDAÇÃO

Foi aberto ao público no dia 23 de Fevereiro. Ainda está incipiente, pois apenas traduz o trabalho já feito. Mas a sua concepção obedece ao princípio da abertura e da transparência. Por outro lado, a Fundação entende que este deve ser o seu principal meio de divulgação da sua actividade e o primeiro instrumento de contacto e comunicação.

### PORDATA

Este foi o primeiro projecto a aparecer a público (23 de Fevereiro de 2010). A sua directora é Maria João Valente Rosa. A PORDATA traduz a que foi considerada como a prioridade do primeiro ano: fornecer e difundir informação a todos os cidadãos, na convicção que a informação isenta e o conhecimento rigoroso contribuem para a formação de uma opinião livre e independente. Os primeiros sinais são encorajantes: dez dias depois de aberto ao público, o portal tinha já recebido 175 000 visitantes.

Este projecto vai agora conhecer francos desenvolvimentos, com o acrescento de base europeia, de várias áreas especializadas, de cartografia, da base regional e municipal e da base económica e empresarial.

A sua directora, a muito reduzida equipa (Ana Luísa Barbosa, Joana Lopes Martins e Rita Rosado) e as empresas que colaboraram (Epopeia e What's On) são credoras de aplauso e reconhecimento pela excelente trabalho desenvolvido.

A PORDATA traduz a que foi considerada como a prioridade do primeiro ano: fornecer e difundir informação a todos os cidadãos, na convicção que a informação isenta e o conhecimento rigoroso contribuem para a formação de uma opinião livre e independente.

## ENSAIOS DA FUNDAÇÃO

Com esta colecção, a Fundação pretende reatar com a antiga tradição ensaística. Pretende-se estimular o pensamento e a discussão pública sobre todos os problemas comuns e actuais, tanto concretos (por exemplo, “O Ensino do Português”) como aparentemente abstractos (por exemplo, “A Autoridade”). A Fundação está empenhada em difundir informação, mas também em produzir pensamento.

Prevê-se que se façam muito largas tiragens (dezenas de milhares de exemplares) a custos muito reduzidos.

Foram convidados cerca de quarenta autores para tratar os mais variados temas. A maioria já aceitou e formalizou um contrato com a Fundação. Até ao fim do primeiro semestre de 2010, deverá a Fundação lançar no mercado os primeiros volumes. A direcção desta colecção foi confiada a António Araújo.

## POP, PORTAL DE OPINIÃO PÚBLICA

Desde que Portugal começou a participar em redes internacionais de estudos sobre atitudes e valores sociais que se tem acumulado uma vastíssima fonte de informação sobre o que os Portugueses pensam a propósito de uma diversidade de aspectos importantes para a sua vida e para a vida do país. Estes dados têm recebido a atenção dos cientistas sociais portugueses e deram já origem a seminários, conferências, publicação de artigos e livros. Os resultados dos estudos realizados têm tido um grande impacto na comunidade científica, impacto esse que tem sido acompanhado pela comunicação social. No entanto, apesar de o seu acesso ser livre e gratuito, os trabalhos elaborados não têm chegado aos públicos exteriores à academia, nomeadamente professores e alunos do ensino secundário, jornalistas e profissionais de outras áreas (saúde, educação, apoio social, comunicação social, etc.). Os objectivos deste projecto são o de congregar esta informação valiosa e o de alargar o acesso a estes dados a todos aqueles que, não dominando técnicas avançadas de análise, estão interessados na informação que deles se pode extrair. A direcção do projecto foi entregue a Alice Ramos, investigadora do Instituto de Ciência Sociais da Universidade de Lisboa, com o qual a Fundação assinou um protocolo de colaboração. O coordenador, por parte da Fundação, é Pedro Magalhães.

Com a colecção de ensaios,  
a Fundação pretende reatar com  
a antiga tradição ensaística.

Pretende-se estimular o pensamento  
e a discussão pública sobre todos  
os problemas comuns e actuais.

A Fundação está empenhada  
em difundir informação, mas também  
em produzir pensamento.

# 10

## Programas

### PROGRAMA DE SAÚDE

(líder – José Mendes Ribeiro)

#### Custos e preços da saúde

“Podem a organização, a gestão e o financiamento das organizações de saúde em Portugal produzir resultados diferentes em termos de eficiência?” é a pergunta de partida.

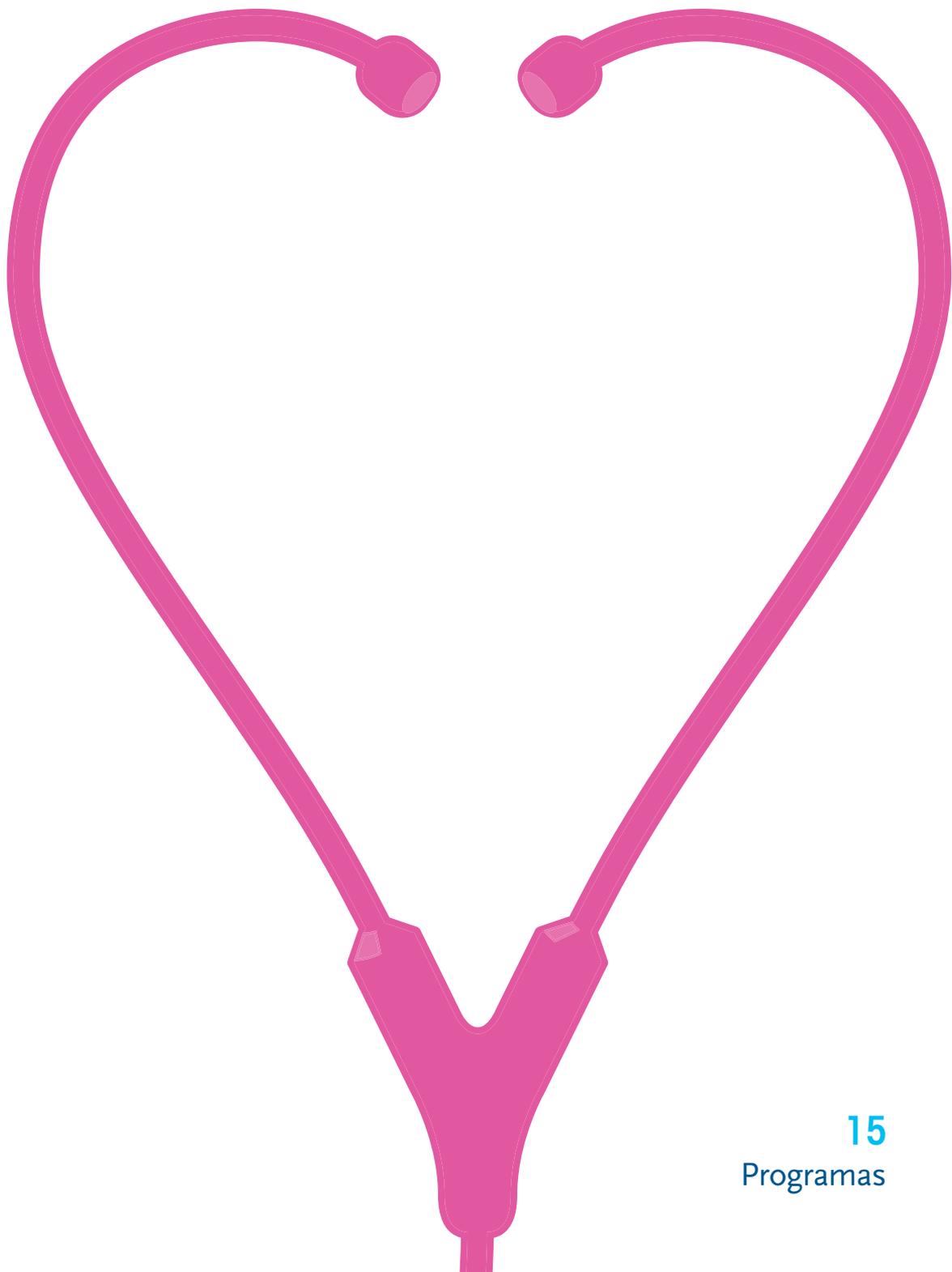
Assim, os objectivos gerais deste trabalho consubstanciam-se basicamente em:

- a) caracterizar a evolução de custos do Sistema Nacional de Saúde;
- b) analisar e contribuir para a optimização da eficiência técnica das organizações de saúde em Portugal;
- c) promover a discussão sobre a problemática da definição de preços e do financiamento em saúde, incentivando a adopção de metodologias baseadas na evidência;
- d) relançar o debate público sobre a política de saúde.

Pretende-se que sejam alcançados os seguintes objectivos principais:

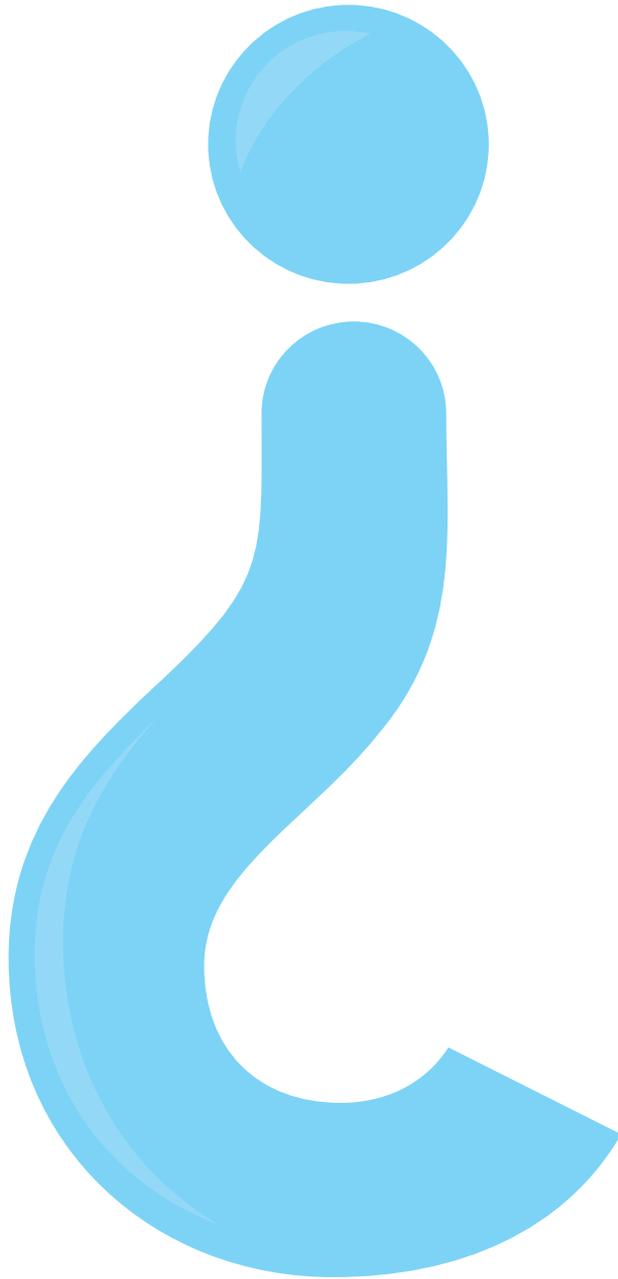
- I) caracterizar a evolução de custos e a criação de valor em saúde na última década;
- II) apurar os custos por entidade prestadora de cuidados de saúde;
- III) apresentar os preços praticados pelas diferentes unidades prestadoras;
- IV) comparar preços internacionais assim como custos com a doença;
- V) introduzir e discutir metodologias baseadas na evidência sobre o financiamento, a organização e a gestão de organizações de saúde.

O director do projecto é Carlos Costa, professor da Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa, com a qual a Fundação assinou um protocolo de colaboração. O coordenador pela Fundação é José Mendes Ribeiro.



## Evolução da Mortalidade Infantil

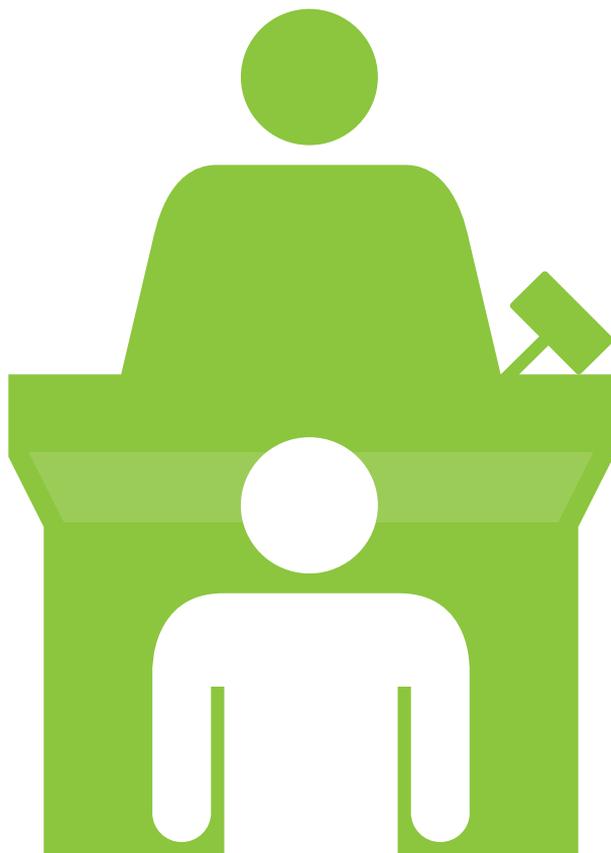
A mortalidade infantil é um dos principais indicadores do desenvolvimento e bem-estar de uma sociedade. Portugal conheceu, nas últimas décadas, uma melhoria nos indicadores de mortalidade infantil e neonatal, tendo hoje uma das taxas mais baixas do mundo. Em 1970, morriam 53 nados-vivos em cada 1000 antes de atingirem 1 ano de idade, e 62 antes de atingirem os cinco anos. Há duas décadas, morriam 24 nados-vivos em cada 1000 antes de atingirem 1 ano de vida. Entre os Estados membros da União Europeia, Portugal registou, entre 1985 e 2008, a maior descida da taxa de mortalidade infantil, equivalente a -69,1 %, enquanto a variação média observada no conjunto da UE foi de -48,4 %. Actualmente, a taxa situa-se em 3,3 por cada 1000. Só entre 2004 e 2006 a taxa de mortalidade em Portugal continental diminuiu 13,2 %. Os relatórios internacionais que avaliam os serviços de saúde dos países da UE colocam Portugal em 16.º lugar num *ranking* que abrange a Europa a 25. O único indicador no qual Portugal sobressai pela positiva é o das medidas contra a mortalidade infantil. A excelente classificação que Portugal obtém neste indicador cria a necessidade de estudar melhor esta questão, nomeadamente no que toca às razões que explicam este sucesso. Ao identificar os factores determinantes para o sucesso nesta área, perceber-se-á melhor quais as práticas e estratégias que interessa replicar noutras áreas da saúde. Assim, o principal objectivo deste trabalho será o de responder à questão: “Quais os factores determinantes para o sucesso na redução da taxa de mortalidade infantil em Portugal?”. Sem prejuízo deste objectivo principal, o trabalho também analisará a evolução das taxas e causas de mortalidade infantil, no período 1970–2009, bem como o desempenho actual do País neste indicador (nomeadamente no respeitante a assimetrias regionais) e as propostas de melhoria para manter o bom desempenho. O projecto é liderado pelos investigadores José Pedro Correia e Xavier Barreto. O coordenador pela Fundação é José Mendes Ribeiro.



# PROGRAMA DE JUSTIÇA E DIREITO

(líder – Nuno Garoupa)

Um programa inovador sobre a Justiça e o Direito tem de obedecer a uma perspectiva estrutural que se reflecta na produção de estudos, prospectivos ou retrospectivos, com uma forma rigorosa e original de olhar a Justiça. Evidentemente que o objectivo final não pode deixar de ser o de influenciar as políticas públicas na Justiça e superar a crise que nos acompanha desde os anos oitenta. Contudo, a curto prazo, o desenvolvimento de novas metodologias e o debate intelectual com as perspectivas estabelecidas que dominam o discurso na Justiça e no Direito deve ser prioritário. Na verdade, não se trata de inventar novas metodologias no estudo da Justiça, mas a sua inserção no contexto português, requerendo novas práticas, novos dados e informação diferente daquela a que o nosso pensamento e discurso jurídico estão habituados.



## Os objectivos do programa e dos vários projectos poderão ser resumidos do seguinte modo:

- a) Desenvolver um programa de reflexão e estudo sobre a Justiça e o Direito em Portugal com uma visão estrutural assente em três pilares:
  - (I) Feitura das leis,
  - (II) Organização e governança,
  - (III) Regulação económica e social.
- b) Promover a realização, a médio prazo, de uma série de estudos sobre a reforma da Justiça com metodologias inovadoras e perspectivas diferentes, contribuindo para o debate académico e de políticas públicas;
- c) Apoiar, através da realização de estudos e de jornadas de reflexão, equipas multidisciplinares, compostas por cientistas sociais de várias proveniências (e não apenas juristas) e especialistas das áreas concretas em análise;
- d) Garantir uma visão integrada desses estudos e trabalhos de forma a promover uma metodologia coerente que possa servir de base a um processo coeso e equilibrado de reformas na Justiça;
- e) Introduzir como metodologias desejáveis os aspectos comparativos, quantitativos e estatísticos;
- f) Informar o grande público divulgando as principais conclusões que resultam dos estudos, através de documentos adicionais que resumam as suas conclusões mas que tenham baixa tecnicidade;
- g) Tornar evidente o interesse da FFMS na elaboração de políticas públicas de qualidade na área da Justiça em Portugal.

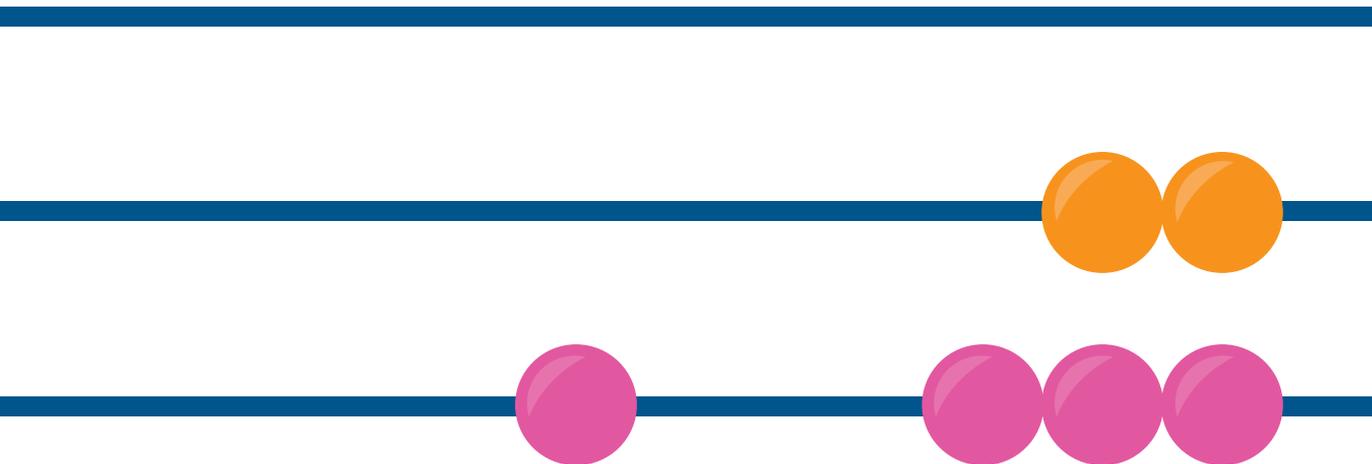


## PROGRAMA DE EDUCAÇÃO

(líder – Nuno Crato)

A Fundação propõe-se contribuir para um debate fundamentado sobre os problemas de ensino em Portugal, que considera constituírem uma questão central para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, propõe-se, em especial:

- i) Fomentar a vinda a Portugal de especialistas internacionais, nomeadamente de psicólogos cognitivos e estudiosos de educação, que possam debater com académicos e professores portugueses problemas de ensino;
- ii) Contribuir para a difusão no nosso país de estudos internacionais recentes e de fundamentação científica;
- iii) Contribuir para o aparecimento de estudos de base empírica, experimental e estatística sobre a realidade portuguesa, a didáctica e problemas vários de ensino, nomeadamente o sucesso e insucesso escolar, a formação de professores, o Português e a Matemática.



Nesse sentido, a Fundação propõe-se fomentar a edição de ensaios sobre problemas gerais de ensino, ensino do português, matemática e outras áreas. Ainda este ano, iniciar-se-ão as conferências de Outono designadas *Questões chave da educação*.

# PROGRAMA POPULAÇÃO E DEMOGRAFIA

## Os processos de envelhecimento: Implicações sociais

A investigação que se pretende realizar parte do pressuposto de que não se deve replicar dados já existentes ou que venham a estar disponíveis muito em breve. Em particular, temos em consideração os inquéritos que serão realizados no âmbito da infra-estrutura europeia SHARE (*Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe*), à qual Portugal aderiu recentemente. Tendo em conta que os estudos são escassos, a inclusão de Portugal na terceira vaga do SHARE proporcionará informação muito relevante sobre as condições sociais do envelhecimento, designadamente em relação aos seguintes tópicos: emprego, reforma, qualidade de vida, saúde, habitação, redes familiares, voluntariado e desigualdades sociais. O elevado número de dimensões contempladas no inquérito SHARE traduz um compromisso com a profundidade com que essas dimensões são cobertas, pelo que seria possível, em princípio, propor um desenvolvimento mais intensivo de alguma delas. A opção não foi, no entanto, essa. O projecto propõe desenvolver uma temática que não foi até à data contemplada pelo SHARE: os usos do tempo e as redes sociais. Não é apenas a falta de cobertura que a justifica. Cremos que é uma temática muito importante na compreensão dos processos de envelhecimento, especialmente no que respeita ao modo como estes ocorrem e se manifestam nos diferentes grupos sociais.

Envelhecer de uma forma saudável implica, naturalmente, a existência de boas condições de saúde. No entanto, estas condições não podem ser isoladas do quadro de vida dos indivíduos, das actividades com que estes ocupam o tempo e das relações que estabelecem com os outros. Se bem que estes aspectos não sejam substitutos do estado de saúde, são requisitos imprescindíveis, em muitos casos, para um envelhecimento saudável e uma condição determinante do estado subjectivo de saúde e de bem-estar. A responsabilidade do projecto foi entregue a Pedro Moura Ferreira, no quadro de protocolos de colaboração com o Instituto de Envelhecimento da Universidade de Lisboa. O coordenador geral do Instituto é Manuel Villaverde Cabral.





## As dinâmicas demográficas e o envelhecimento: diagnóstico e projecções.

A análise da evolução das estruturas da população portuguesa e do processo de envelhecimento será construída a partir dos dados dos recenseamentos decenais, com o cálculo dos habituais indicadores para esta análise – proporções etárias, relações de dependência, índices de envelhecimento – e também dos indicadores relativos à população activa, incluindo o nível de instrução e a presença de população imigrada no mercado do trabalho, bem como as formas de coabitação em estruturas domésticas. Será feita, sempre que se justificar, uma análise comparativa para cada momento de observação, entre estruturas masculinas e femininas e entre unidades territoriais.

A análise das estruturas será relacionada com as dinâmicas demográficas, para cuja caracterização se utilizarão diferentes instrumentos de medida:

- a) Caracterização global através de medidas da frequência da natalidade, da mortalidade e das migrações;
- b) Caracterização dos fenómenos demográficos naturais a partir de tábuas de fecundidade e de mortalidade do momento, e dos indicadores conjunturais de calendário e de intensidade (no caso da fecundidade);
- c) Análise das tendências da primeira nupcialidade, dos segundos casamentos, da divorcialidade e da viuvez, a partir de tábuas e respectivos indicadores de calendário e de intensidade;
- d) Caracterização dos fluxos de sucessão das gerações, através de indicadores de permanência na população, calculados a partir de dados de recenseamento;
- e) Caracterização das idades e ciclos de vida em função dos calendários e intensidade dos fenómenos demográficos, da conjugalidade e das suas interrupções, da escolaridade e do mercado de trabalho.



Os indicadores de calendário da fecundidade permitem conhecer a evolução das idades médias na maternidade e a intensidade dá o número médio de filhos por mulher. Proceder-se-á também a análises longitudinais da fecundidade, sobre gerações, sempre que se justifique a sua necessidade. As tábuas de mortalidade permitem conhecer a evolução da esperança de vida e dos riscos de mortalidade e das probabilidades de sobrevivência, em diferentes idades.

A formulação de um diagnóstico prospectivo sobre o envelhecimento demográfico exige que o estudo da evolução da mortalidade inclua também uma análise das causas de mortalidade e dos factores de morbilidade.

O estudo do processo de envelhecimento da população portuguesa incluirá, sempre que isso se justifique, comparações com a evolução do envelhecimento de populações europeias, principalmente das populações espanhola e italiana, em razão das proximidades entre as respectivas matrizes demográficas, familiares e culturais. Estas três populações encontram-se actualmente no topo da tabela das populações mais envelhecidas da UE. O director do projecto é Mário Leston Bandeira, no quadro de um protocolo de colaboração assinado com o Instituto de Envelhecimento da Universidade de Lisboa. O coordenador do Instituto é Manuel Villaverde Cabral.

# 11

## Outros projectos temporários

### **AS DESIGUALDADES SOCIAIS E ECONÓMICAS EM PORTUGAL**

A publicação anual pelo Eurostat e pelo INE, de indicadores de desigualdade na distribuição pessoal do rendimento em Portugal, e a sua comparação com os dos restantes países da União Europeia (UE), suscita habitualmente um conjunto de declarações públicas e de artigos de opinião em que de forma quase unânime se lamenta e condena a posição de Portugal como um dos países com maiores índices de desigualdade económica na UE. Porém, raramente a indignação revelada face aos níveis de desigualdade apresentados se traduz numa avaliação aprofundada das características dessa desigualdade, dos seus principais determinantes e de uma correcta apreciação da sua evolução ao longo do tempo. Por outro lado, a unanimidade no repúdio rapidamente desaparece quando se pretende identificar medidas que visem a sua redução de forma sustentada. O objectivo deste projecto é o de tentar identificar algumas das principais características da desigualdade económica em Portugal, avaliar quais os sectores da sociedade que mais são afectados pelas alterações na distribuição dos rendimentos, quais as fontes de rendimentos que mais contribuem para a desigualdade e quais as principais tendências ocorridas nas últimas décadas em Portugal. Utilizando a informação estatística mais relevante disponível em Portugal, baseada nos Inquéritos às Famílias realizados pelo INE e ainda em informação constante nos Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, pretende-se proceder a uma caracterização tão exaustiva quanto a informação disponível o permita acerca da desigualdade económica na distribuição pessoal

do rendimento em Portugal, dos seus determinantes mais estruturais e dos seus factores de persistência, bem assim como dos impactos da intervenção do Estado através das políticas fiscais e sociais. A importância atribuída pela comunidade científica ao fenómeno das desigualdades em Portugal será igualmente objecto de análise através de um *survey* da literatura existente sobre o tema desde a década de 1960, confrontando os resultados obtidos pelos vários investigadores com os principais resultados do projecto de forma a aprofundar e complementar a caracterização e a evolução das desigualdades económicas em Portugal. Um dos objectivos deste projecto consiste ainda na discussão da validade dos actuais indicadores e eventualmente na proposta de construção de outros índices ou medidas de avaliação das desigualdades e de seus reais efeitos na economia e na sociedade. O director do projecto é Carlos Farinha Rodrigues, professor e investigador do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, com o qual a Fundação assinou um protocolo de colaboração. O coordenador, por parte da Fundação, é o conselheiro José A. Tavares.



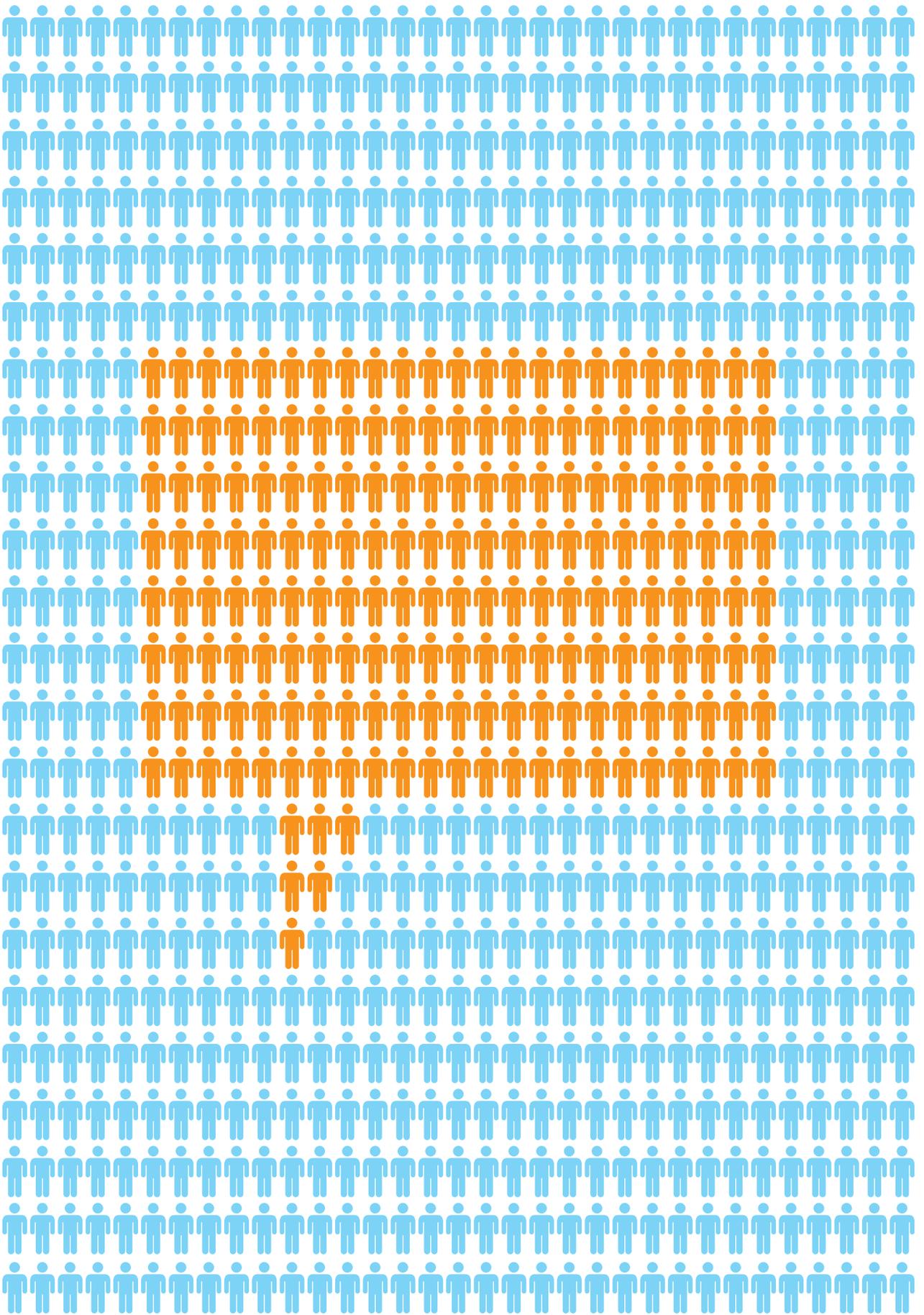
## VALORES CULTURAIS E ATITUDES PERANTE O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E A QUALIDADE DA DEMOCRACIA

Este projecto tem como objectivos:

- a) Caracterizar a população portuguesa quanto a atitudes e valores susceptíveis de promover ou atrasar o desenvolvimento económico e político do país, tais como a capacidade de cooperação, de assunção de riscos, de organização, de consideração das consequências de possíveis eventos futuros, etc.
- b) Fornecer uma comparação entre as atitudes e valores acima referidos, para o caso de Portugal e de um ou dois outros países. A escolha do país, ou dos países, a servir de comparação é um aspecto central que tem de decorrer da agenda teórica mais concreta a propor pelos executores do projecto.
- c) Estabelecer relações simples e robustas entre características, atitudes e valores individuais e o desempenho económico e político, fazendo-o com recurso a uma abordagem multidisciplinar e de metodologias diversificadas.
- d) Produzir instrumentos de medida e teste de hipóteses – inquéritos e testes experimentais – originalmente concebidos para responder às questões anteriores, que servirão de referência na investigação sobre a matéria.
- e) Divulgar junto do grande público informado as conclusões que resultam dos dados recolhidos e relações estudadas.

- f) Criar e disponibilizar à comunidade científica uma base de dados que incentive o estudo aprofundado das relações entre atitudes, valores e desenvolvimento económico e político em Portugal e no país (ou nos países) de comparação.
- g) Tornar evidente o interesse da Fundação Francisco Manuel dos Santos no desenvolvimento económico e político do nosso país, assim como a sua metodologia de desenvolvimento de grandes projectos.

Este projecto será dado a conhecer à comunidade científica internacional através de uma informação junto das associações e sociedades científicas, sendo de seguida lançado um concurso internacional para a sua realização. Os coordenadores, por parte da Fundação, são os conselheiros José A. Tavares e Pedro Magalhães.



# 12

## Estratégia de desenvolvimento dos projectos

O desenvolvimento dos projectos da Fundação obedece a vários critérios. O da respectiva importância para o desenvolvimento da sociedade. O da insuficiência de conhecimento disponível sobre os respectivos temas. E o da oportunidade, isto é, da disponibilidade manifestada por investigadores e estudiosos especialistas nos temas respectivos.

Este último critério tem-se revelado decisivo. Com efeito, nem sempre se encontram estudiosos qualificados disponíveis para realizar um projecto ao qual a Fundação dê particular relevo.

A Fundação tem privilegiado os investigadores ligados à Universidade, procurando que os projectos e essa colaboração sejam enquadrados por protocolos de cooperação. Mas é perfeitamente possível que estudiosos exteriores à Universidade venham a colaborar com a Fundação. De toda a maneira, foram já feitos contactos com vários Reitores e Directores de Institutos e Faculdades e a receptividade tem sido boa.

O desenvolvimento dos projectos da Fundação obedece a vários critérios.

- O da respectiva importância para o desenvolvimento da sociedade.
- O da insuficiência de conhecimento disponível sobre os respectivos temas.
- E o da oportunidade, isto é, da disponibilidade manifestada por investigadores e estudiosos especialistas nos temas respectivos.

# 13

## Estratégia de comunicação e difusão

Este tema da comunicação e da difusão tem proporcionado sérias discussões nos órgãos da Fundação. O Conselho de Administração está firmemente empenhado em tentar as vias de informação e difusão mais alargadas possíveis. A prioridade à Internet é uma das consequências. Com a colecção “Ensaio da Fundação”, serão tentadas tiragens muito elevadas, da ordem de várias dezenas de milhares de exemplares, assim como serão praticados preços muito reduzidos. A Fundação não procura obter lucros com estas actividades. Se houver receitas, serão utilizadas na melhoria dos meios de difusão e no abaixamento dos preços praticados. Na verdade, o debate público é uma finalidade essencial da Fundação, não apenas um instrumento. Por isso, o Conselho de Administração entende que deverá reservar recursos próprios para a difusão e a organização do debate.

Para fomentar as discussões públicas sobre os temas e os projectos da Fundação, dever-se-ão experimentar várias modalidades e diversas instituições, em particular associações profissionais e científicas, instituições não lucrativas, bibliotecas, associações de estudantes e outras formas de organização que permitam chegar a todo o país e a todas as classes sociais.

Na verdade, o debate público é uma finalidade essencial da Fundação, não apenas um instrumento. Por isso, o Conselho de Administração entende que deverá reservar recursos próprios para a difusão e a organização do debate.

# 14

## Protocolos e convénios com outras instituições

Cada vez que a Fundação obteve a colaboração de cientistas e especialistas que pertencem a instituições académicas ou técnicas, foi considerado oportuno estabelecer protocolos de colaboração. Assim, foram já assinados documentos com as seguintes instituições:

- INE, Instituto Nacional de Estatística.
- ICS, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- IE, Instituto de Envelhecimento da Universidade de Lisboa.
- ISEG, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.
- ENSP, Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa.
- FEUNL, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

Esta metodologia parece ser útil e interessante para a Fundação, pois permite organizar uma rede de colaborações e contactos bem estabelecida na academia.

# 15

## Relatório financeiro

Do ponto de vista financeiro, para além do relatório que se junta, há a referir as relações com o fundador. Foi estabelecido, no momento da criação da FFMS, que a Sociedade Francisco Manuel dos Santos contribuiria com uma dotação anual entre três e cinco milhões de euros. Ficou entendido que um contrato assinado entre a Sociedade e a Fundação consagraria esta obrigação. Foi o que aconteceu em Fevereiro de 2009. O contrato foi pontualmente cumprido. Como a despesa deste primeiro ano foi relativamente reduzida, a situação financeira é superavitária.

O Conselho de Administração decidiu tomar precauções quanto ao futuro e cativar, em cada momento, os recursos necessários ao cumprimento de cada projecto iniciado até ao fim da sua realização.

Foi igualmente decidido, como política geral, gerir os recursos disponíveis de modo muito prudente, só efectuando aplicações de muito alta segurança ou sem qualquer risco.

# 16

## Colaboração com o fundador

O Conselho de Administração, particularmente o seu presidente, realça a excelente colaboração com o fundador, seja a Sociedade Francisco Manuel dos Santos, seja o Grupo Jerónimo Martins. No início de actividades, pôde a Fundação contar com inúmeras ajudas, desde logísticas a humanas.

Lisboa, 8 de Março de 2010

O Conselho de Administração

António Barreto  
(Presidente)

José Soares dos Santos  
(vogal)

José Quinta  
(vogal)



# Anexos ao Relatório de Actividades

# Anexo I

## Órgãos sociais

### **Conselho de Curadores**

Alexandre Soares Santos, Presidente  
António Araújo  
Carlos Moreira da Silva  
Isabel Jonet  
João Lobo Antunes  
Joaquim Gomes Canotilho  
Luís Valente de Oliveira  
Manuel Braga da Cruz  
Manuel Clemente  
Raul Miguel Rosado Fernandes  
Vasco dos Santos

### **Conselho Fiscal**

José Luís Nogueira de Brito, Presidente  
Luís Palha  
Auren & Associados, S.R.O.C, S.A.

### **Comissão de vencimentos**

Alexandre Soares Santos, presidente  
Luís Valente de Oliveira  
Isabel Jonet

### **Conselho de Administração**

António Barreto, Presidente  
José Soares dos Santos  
José Quinta

### **Conselho Científico e Cultural (não estatutário)**

Francisco Sarsfield Cabral  
José Amaral  
José Mendes Ribeiro  
José Tavares  
Maria de Fátima Bonifácio  
Maria João Valente Rosa  
Miguel Poiares Maduro  
Nuno Crato  
Pedro Magalhães  
Nuno Garoupa  
Paulo Rosado

# Anexo II

## Carta de princípios

A Fundação Francisco Manuel dos Santos propõe-se pensar, estudar e contribuir para o melhor conhecimento da realidade portuguesa. É seu propósito colaborar no esforço de resolução dos problemas da sociedade, em benefício de todos os portugueses e das gerações futuras.

Para alcançar esse objectivo, a Fundação Francisco Manuel dos Santos promoverá a realização de estudos, trabalhos de investigação e outras iniciativas que, obedecendo aos mais elevados padrões de rigor e qualidade, permitam uma melhor compreensão da realidade, apresentem soluções concretas e recomendações para os decisores, aprofundem o debate em torno dos grandes problemas nacionais e contribuam para a justiça, para o desenvolvimento e para o reforço da coesão social.

A actividade da Fundação Francisco Manuel dos Santos será norteadada pelos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social e pelos valores da democracia, da liberdade, da igualdade de oportunidades, do mérito e do pluralismo.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos actuará com absoluta independência relativamente a todos os poderes públicos e privados, ideologias, correntes de opinião, tendências filosóficas, credos ou confissões religiosas. Os seus órgãos são os garantes do cumprimento das normas estatutárias, designadamente da sua independência.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos considera essencial promover um envolvimento mais activo da sociedade civil na reflexão e na resolução dos problemas nacionais, pelo que envidará todos os esforços para dar aos cidadãos o mais amplo conhecimento das suas iniciativas e projectos. Nesse sentido, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará fornecer à sociedade portuguesa informação clara, objectiva e rigorosa sobre os resultados das suas actividades, garantindo ainda a máxima transparência quanto à sua organização, os seus fins, as suas fontes de financiamento e as suas actividades.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos entende que a realização de debates públicos alargados e plurais em torno das suas recomendações é um objectivo tão importante quanto a realização de estudos e trabalhos de investigação.

Na prossecução das suas actividades, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará ser fiel ao compromisso de responsabilidade social que constitui a sua missão, tal como foi definida pelos Fundadores.



# Relatório de Contas

# BALANÇO

Exercício findo a 31 de Dezembro de 2009 (montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	2009			2008
		Activo Bruto	Amortizações e Ajustamentos	Activo Líquido	Activo Líquido
ACTIVO CIRCULANTE					
Títulos Negociáveis					
Obrigações e títulos de participação		2.250.000,00	0,00	2.250.000,00	–
	17	2.250.000,00	0,00	2.250.000,00	–
Dep. Bancários e Caixa					
Depósitos Bancários		146.650,71	0,00	146.650,71	–
Caixa		1.000,00	0,00	1.000,00	–
		147.650,71	0,00	147.650,71	–
Acréscimos e Diferimentos					
Acréscimos de Proveitos		5.625,00		5.625,00	–
	48	5.625,00		5.625,00	–
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES			0,00		
TOTAL DE AJUSTAMENTOS			0,00		
TOTAL DO ACTIVO		2.403.275,71	0,00	2.403.275,71	–

O Técnico Oficial de Contas (n.º 67918)

O Conselho de Administração

<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	Notas	2009	2008
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital			
Dotações de Fundadores		1.000.000,00	–
Subtotal	40	1.000.000,00	–
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO		0,00	–
<b>TOTAL CAPITAIS PRÓPRIOS</b>		<b>1.000.000,00</b>	<b>–</b>
<b>PASSIVO</b>			
Dívidas a Terceiros – Curto Prazo			
Estado e Outros Entes Públicos		10.085,47	–
Outros Credores		70.353,76	–
		80.439,23	–
Acréscimos e Diferimentos			
Acréscimos de Custos	48	54.725,80	–
Donativos	48	1.268.110,68	–
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>1.403.275,71</b>	<b>–</b>
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		<b>2.403.275,71</b>	<b>–</b>

# DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício findo a 31 de Dezembro de 2009 (montantes expressos em euros)

CUSTOS E PERDAS		Notas	2009		2008	
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		50		418.858,64		–
CUSTOS COM O PESSOAL						
Remunerações		7	331.714,24		–	
Encargos Sociais			14.966,24		–	
Outros			0,00	346.680,48	–	–
IMPOSTOS			55,96		–	
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS			950,00	1.005,96	–	–
(A)				766.545,08	–	–
JUROS E CUSTOS SIMILARES						
Outros		45	432,52	432,52	–	–
(C)				766.977,60		–
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS				100,00		–
(E)				767.077,60		–
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO				665,00		–
(G)				767.742,60		–
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO				0,00		–
TOTAL				767.742,60		–
PROVEITOS E GANHOS						
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS						
Outros		48	731.889,32	731.889,32		–
(B)				731.889,32		–
OUTROS JUROS E PROVEITOS SIMILARES						
Outros		45	35.853,28	35.853,28	–	–
(D)				767.742,60		–
(F)				767.742,60		–

RESUMO		2009	2008
Resultados Operacionais	(B)-(A)	(34.655,76)	–
Resultados Financeiros	(D-B)-(C-A)	35.420,76	–
Resultados Correntes	(D)-(C)	765,00	–
Resultados Antes Impostos	(F)-(E)	665,00	–
Resultado Líquido do Exercício	(F)-(G)	0,00	–

O Técnico Oficial de Contas (n.º 67918)

O Conselho de Administração

# DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (método directo)

Exercício findo a 31 de Dezembro de 2009 (montantes expressos em euros)

	2009
<b>Actividades Operacionais (1)</b>	
Pagamentos a Credores	(155.479,71)
Pagamentos a Pessoal	(162.723,24)
Impostos:	(94.795,39)
Retenção Impostos sobre o rendimento	
IRS Categoria A	(74.470,00)
IRS Categoria B	(2.355,00)
IRC Categoria E	(677,52)
Contribuições para a Segurança Social	(17.292,87)
<b>Fluxos das Actividades Operacionais (1)</b>	<b>(412.998,34)</b>
<b>Actividades de Investimento (2)</b>	
Recebimentos provenientes de:	
Juros e Aplicações financeiras	35.853,28
Pagamentos respeitantes a:	
Projectos promovidos	(225.204,24)
<b>Fluxos das Actividades de Investimento (2)</b>	<b>(189.350,96)</b>
<b>Actividades de Financiamento (3)</b>	
Aumentos de Dotações (inicial)	1.000.000,00
Donativos	2.000.000,00
<b>Fluxos das Actividades de Financiamento(3)</b>	<b>3.000.000,00</b>
<b>Variação líquida de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>2.397.650,70</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	0,00
Caixa e seus equivalentes no final do período	<b>2.397.650,71</b>

<b>Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa</b>	2009
Numerário	1.000,00
Depósitos	146.650,71
Títulos Negociáveis	2.250.000,00
Disponibilidades constantes do balanço	<b>2.397.650,71</b>

O Técnico Oficial de Contas (n.º 67918)

O Conselho de Administração

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício findo a 31 de Dezembro de 2009 *(montantes expressos em euros)*

## 1. Nota introdutória

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, doravante designada por “Fundação”, é uma entidade de direito privado, de duração indeterminada, sem fins lucrativos criada pela sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A. (Fundadora).

A Fundação foi reconhecida através do Despacho n.º 13591/2009, de 5 de Junho de 2009, do Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, estando o procedimento de atribuição do estatuto de instituição de utilidade pública a decorrer, através do processo n.º 132/09.

O fim primordial da Fundação é o de promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, para o reforço dos direitos dos cidadãos e para a melhoria das instituições públicas.

Neste âmbito, são desenvolvidos estudos, em diversas áreas, com especial relevo para a demografia e população, condições sociais e económicas, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, Estado, instituições democráticas, entre outros.

As notas deste Anexo seguem a numeração prevista no Plano Oficial de Contabilidade, sendo omissas aquelas que não são aplicáveis à Fundação ou a sua apresentação não é relevante para a compreensão das demonstrações financeiras anexas.

## 2. Comparabilidade com o exercício anterior

A Fundação iniciou a sua actividade no exercício económico de 2009, pelo que não apresenta dados comparativos relativos ao ano transacto.

## 3. Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas, que compreendem o balanço, a demonstração das variações patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, mantidos em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

### a) Títulos Negociáveis

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo são registados ao custo de aquisição, sendo os juros corridos, imputados ao exercício como proveitos ou acréscimo de proveitos.

### b) Projectos promovidos

Os valores dos projectos promovidos, para as actividades que se enquadram no fim da Fundação, são registados como custos na demonstração das variações patrimoniais, na rubrica de “Fornecimentos e serviços – Projectos promovidos”, no exercício em que os mesmos são aprovados, independentemente do exercício em que o desembolso venha a ser efectuado e mantidos no balanço na rubrica “Acréscimos de custos”. Caso a atribuição dos projectos seja efectuada numa base plurianual, o respectivo custo é reconhecido no momento da sua colocação à disposição e em função da evolução e concretização das fases de cada projecto (Nota 49).

### **c) Acréscimos e diferimentos**

As despesas e receitas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual são reconhecidas à medida que são geradas independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

### **d) Dotações de Fundadores**

As dotações do Fundador são registadas em capitais próprios na data da confirmação da sua atribuição, independentemente do seu recebimento efectivo (Nota 35 e Nota 40).

### **e) Donativos**

As participações obtidas para fazer face às despesas com projectos e com o funcionamento da Fundação são contabilizadas na rubrica de “Donativos” e imputados a resultados proporcionalmente aos custos incorridos em cada exercício (Nota 48).

## **6. Impostos**

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001). Deste modo a declaração fiscal da entidade referente ao ano de 2009 poderá vir a ser sujeita a revisão, contudo é entendimento da Administração que as correcções resultantes de eventuais revisões/inspecções por parte das autoridades inspectivas, não terão efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

## 7. Número médio de pessoas ao serviço da entidade

A Fundação tem um funcionário ao seu serviço com a função de Presidente do Conselho de Administração.

## 17. Títulos negociáveis

Em 31 de Dezembro de 2009, a carteira da Fundação relativa à rubrica “Títulos negociáveis” era composta por:

	Quantidade	Valor de aquisição
BES FINANCE 07/2041	5.735.000	2.250.000,00

## 35. Realização do capital social (dotações)

Durante o exercício de 2009 foi realizada uma dotação no montante de 1.000.000 euros, pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A.

## 40. Variação nas rubricas do capital próprio

O movimento ocorrido nas rubricas do capital próprio, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, foi o seguinte:

Rubricas	Movimentos do Exercício			
	Saldo inicial	Aumento	Diminuições	Saldo final
Fundo Social	–	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
Variação Patrimonial do Exercício	–	0,00	0,00	0,00
Total	–	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00

## 43. Remunerações atribuídos aos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais, no exercício de 2009 foram as seguintes:

Conselho Administração	250.000,00
Conselho de Curadores	46.000,00
Revisor Oficial de Contas	6.000,00
Total	302.000,00

## 45. Demonstrações dos resultados financeiros

O resultado financeiro do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 tem a seguinte composição:

	2009	2008
<b>Custos e Perdas</b>		
681 – Juros suportados	2,37	–
688 – Out. custos e perdas financeiras	430,15	–
Resultados financeiros (-)	35.420,76	–
Total	35.853,28	–
<b>Proveitos e Ganhos</b>		
781 – Juros obtidos <sup>1</sup>	35.853,28	–
Total	35.853,28	–

<sup>1</sup> Nesta conta são relevados os proveitos com os juros obtidos nas aplicações de tesouraria e títulos negociáveis.

## 48. Acréscimos e diferimentos

	2009	2008
<b>Activos</b>		
Juros a receber	5.625,00	–
Total	5.625,00	–
<b>Passivos</b>		
Remunerações a liquidar	37.852,30	–
Custos de projectos	12.313,50	–
Outros acréscimos	4.560,00	–
Donativos	1.268.110,68	–
Total	1.322.836,48	–

O valor da rubrica de “Juros a receber” corresponde aos juros decorridos relativos aos títulos negociáveis mencionados na Nota 17 do presente Anexo.

O montante de 37.852,30 euros, evidenciado na rubrica de “Remunerações a liquidar”, corresponde à responsabilidade com férias e subsídio de férias a pagar em 2010, vencidas no exercício de 2009.

A rubrica de “Outros acréscimos” inclui custos a especializar no exercício, relativos a honorários de revisão de contas e serviços jurídicos.

O montante relevado na rubrica de Diferimentos “Donativos” corresponde à parte das participações concedidas pelo Fundador ainda não aplicadas na actividade da Fundação (custos com projectos e custos de funcionamento). A afectação destas participações ao resultado do exercício será efectuada em função do valor exacto das despesas referidas, na medida em que não puderem ser custeadas pelos rendimentos financeiros. No presente exercício foi imputado ao resultado o montante de 731.889,32 Euros (rubrica “Outros Proveitos Operacionais”).

## 49. Projectos promovidos

No primeiro ano de actividade da Fundação foram aprovados os seguintes projectos:

- Base de Dados (Pordata);
- Ensaios da Fundação e
- Custos da Saúde.

O valor aprovado dos projectos (732 000€) não inclui o valor de IVA, e o correspondente custo já realizado em 2009, (300 763,10€), inclui o valor de IVA de 47 582,60€, o qual será suportado pela Fundação uma vez que as operações que esta realiza são isentas, pelo que não conferem o direito á dedução. Os custos dos projectos encontram-se classificados na rubrica de "Trabalhos Especializados".

## 50. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica decompunha-se da seguinte forma:

DESIGNAÇÃO	VALOR	
<b>Trabalhos Especializados</b>		
Projectos promovidos	297.263,10	
Consultoria	20.173,20	
Apoio área de Marketing	28.188,37	
Assessoria Jurídica	10.259,65	
Assessoria Contabilística	6.000,00	
Revisão de contas	6.600,00	<b>368.484,32</b>
<b>Honorários</b>		
Direitos de autor	24.950,00	
Profissionais de rádio	2.025,00	
Diversos <sup>1</sup>	3.105,52	<b>30.080,52</b>
<b>Rendas e Alugueres</b>		<b>4.567,25</b>
<b>Deslocação e Estadas</b>		<b>3.934,14</b>
<b>Publicidade e Propaganda</b>		<b>2.384,45</b>
<b>Despesas de Representação</b>		<b>1.975,57</b>
<b>Outras Rubricas<sup>2</sup></b>		<b>7.432,39</b>
	Total	<b>418.858,64</b>

<sup>1</sup> Os montantes que perfazem o total desta sub-rubrica são inferiores a 1.500,00 euros.

<sup>2</sup> Rubricas cujo saldo, com referência a 31 de Dezembro de 2009, é inferior a cerca 1.900,00 euros.

O detalhe dos projectos incluídos na rubrica “Projectos promovidos” está relevado na Nota 49.



**Relatório e Parecer  
do  
Conselho Fiscal**

Ao Conselho de Curadores

No cumprimento das disposições estatutárias, vimos, no exercício das nossas competências, apresentar o relatório sobre a acção fiscalizadora que efectuámos e dar o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da **Fundação Francisco Manuel dos Santos** (doravante designada por Fundação), relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

Acompanhámos o desenvolvimento da actividade da Fundação, desde a sua constituição em 12 de Fevereiro de 2009, procedendo à verificação dos registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo sempre obtido da Administração, os esclarecimentos, as informações e os documentos solicitados.

Verificámos que as demonstrações financeiras, incluídas no conjunto dos documentos de prestação de contas, foram preparadas de acordo com as normas contabilísticas geralmente aceites em Portugal (plano oficial de contabilidade e princípios contabilísticos geralmente aceites) e obedeceram aos preceitos legais adoptados, exprimindo dessa forma a correcta situação patrimonial da Fundação.

Analisámos, também, o relatório do Conselho de Administração, que relata os aspectos mais significativos das actividades e acções que foram e serão desenvolvidas pela Fundação.

Ressalvamos que o Parecer deste Conselho Fiscal está suportado na opinião emitida (que anexamos) sobre as demonstrações financeiras supra referidas pelo vogal AUREN Auditores & Associados, SROC, S.A., em resultado da incumbência que lhe foi atribuída face às competências técnicas que detém.

Face ao exposto, damos o nosso Parecer no sentido de que sejam aprovados o Relatório de actividades emitido pelo Conselho de Administração e as contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

Lisboa, 12 de Março de 2010

O CONSELHO FISCAL,



Presidente

Dr. José Luís Nogueira de Brito



Vogal

Dr. Luís Maria Viana Palha da Silva



Vogal

AUREN Auditores & Associados, S.R.O.C., S.A.

Representada por: Dr. Victor Manuel Leitão Ladeiro (R.O.C. n.º 651)





Rua Fradesso da Silveira, 6, 3º A  
Complexo Alcântara Rio, Bloco C  
1300-609 Lisboa  
PORTUGAL  
Tel.: +351 213 602 500  
Fax: +351 213 602 501  
auren.lisboa@auren.pt

## Certificação das Contas

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Francisco Manuel dos Santos**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, (que evidencia um total de 2.403.275,71 Euros e um total de capital próprio de 1.000.000,00 Euros, incluindo uma variação patrimonial nula), a Demonstração das variações patrimoniais e o correspondente Anexo do exercício findo nessa data.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Fundação, a variação patrimonial, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

### Opinião

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Fundação Francisco Manuel dos Santos**, em 31 de Dezembro de 2009, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 12 de Março de 2010

**AUREN Auditores & Associados, SROC, S.A.**

Representada por:

  
Victor Manuel Leitão Ladeiro R.O.C. (n.º 651)



  
**FUNDAÇÃO**  
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

[www.ffms.pt](http://www.ffms.pt)